

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

201/2105

Dr. João Bosco Mota Amaral

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>224</u>
Classificação <u>050103/ / /</u>
Data <u>05.01.19</u>



Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. João Bosco Mota Amaral

Requerimento nº 508/IX (3a) - AC
de 19 de Janeiro de 2005

Assunto: Os custos da transferência de Ministérios do Terreiro do Paço para
a designada “Cidade Administrativa”

Apresentado por: Deputado António Galamba (PS)

Em 12 de Julho de 2004, o suplemento “dn Negócios”, do jornal Diário de Notícias publicou uma manchete intitulada “ Mudança do Governo para a Ajuda vai custar 430 milhões de euros”. Segundo a notícia “ os ministérios da Praça do Comércio, bem como as instalações do primeiro-ministro e da presidência do Conselho de Ministros vão ser transferidos para a zona da Ajuda/Belém. O ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas é a única excepção. Este vai mudar-se, para Pedrouços/Docapesca. A proposta, que envolve um investimento da ordem dos 430 milhões de euros, em recuperação e construção de edifício, vem do gabinete de Durão Barroso e deveria ser apresentada em breve ao Conselho de Ministros.

Para executar este projecto, a desenvolver em três vertentes- novas instalações, intervenção urbana na zona ocidental de Lisboa e revitalização da Praça do Comércio/Terreiro do Paço - foram constituídos o Gabinete de Revitalização do Terreiro do Paço e o Gabinete Especial de Reabilitação da Ajuda/Belém (GERAB), de composição paritária entre o Governo e a Câmara de Lisboa. O projecto, segundo o Governo, permite acabar com a forte dispersão das instalações dos ministérios, que no caso em estudo são nove e se encontram distribuídos por 170 moradas.



05.01.19

a' Daphne
Ruiz

A presidência do Conselho de Ministros, Ministério da Administração Interna e parte do da Cultura ficarão na quinta de Cima, o Palácio Velho acolherá as instalações do primeiro-ministro usufruindo da ligação ao Jardim Botânico e da proximidade do Palácio da Ajuda.

Sobre as instalações da presidência do Conselho de Ministros está prevista uma disposição que limitará a oneração dos imóveis que constituem o património do Estado a desocupar, por forma a ultrapassar o regime de hasta pública, se a bolsa de imóveis for alienada pelo próprio Estado. E também para permitir ao Estado atribuir directamente a propriedade dos imóveis à sociedade anónima que irá ser constituída para gerir e executar o projecto das novas instalações, podendo esta vender sem hasta pública. Por outro lado, a sociedade anónima deverá beneficiar, tal como o Estado, de uma isenção subjectiva relativamente à maior parte dos impostos. É o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto de Selo.

A mobilização dos ministérios para a zona da Ajuda/Belém pressupõe a transferência do Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana para Lanceiros Dois, em Belém. Os custos de transferência do Regimento de Cavalaria da GNR da Ajuda e as obras de adaptação a realizar em Lanceiros Dois serão imputados ao projecto das novas instalações. (...)

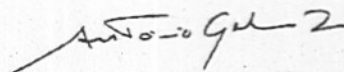
O projecto das novas instalações assume-se como “grandioso, de grande significado político” e é considerado pelo Governo “um motor de desenvolvimento económico e social”, pela actividade que induz, pela criação de postos de trabalho e de novos pólos de atracção e animação turística. Além de constituir um atractivo para o investimento privado.”

Face ao exposto, considerando que o XVI Governo Constitucional, em gestão, não se coíbe de desenvolver iniciativas que extravasam o âmbito da gestão corrente; considerando ainda estar previsto para hoje o anúncio do Programa Cidade Administrativa, nos termos regimentais e constitucionais, requere-se ao PRIMEIRO MINISTRO as seguintes informações:

- 1) está o XVI Governo em condições de confirmar o custo de 430 milhões de euros para a concretização do projecto da Cidade Administrativa que implica a transferência de vários ministérios do Terreiro do Paço, em Lisboa ? Em caso negativo, qual o montante do referido projecto ?

Qual o montante suportado pelo erário público, com o dinheiro dos contribuintes ?

- 2) o projecto desenvolvido na notícia, com base em fonte do XV Governo, corresponde à extensão e espírito do projecto a anunciar pelo XVI Governo Constitucional ?
- 3) qual o calendário da concretização do projecto da Cidade Administrativa ? que entidades vão estar envolvidas no desenvolvimento do projecto ?
- 4) quais os critérios adoptados para a escolha dos ministérios que, segundo o projecto, serão transferidos do Terreiro do Paço ?
- 5) a mobilização dos ministérios para a zona da Ajuda/Belém pressupõe a transferência do Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana para Lanceiros Dois, em Belém ? Os custos de transferência do Regimento de Cavalaria da GNR da Ajuda e as obras de adaptação a realizar em Lanceiros Dois serão imputados ao projecto das novas instalações ?



António Galamba